

8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Nas demonstrações financeiras, a rubrica empréstimos de curto prazo, apresenta o exigível nos próximos 12 meses do total dos empréstimos junto de instituições financeiras e de outras entidades.

A conta «Resultados Transitados», sofreu um aumento negativo resultante de ajustamentos efectuados na rubrica de imobilizado em curso e alguns outros imobilizados que não reuniam os pressupostos legais para serem capitalizados, bem como a reclassificação de alguns factos patrimoniais ocorridos em exercícios anteriores (nomeadamente subsídios ao investimento).

As rubrica, provisões para dívidas de cobrança duvidosa, foi constituída/reforçada tendo em consideração a análise dos riscos da não cobrança das contas a receber de clientes, contribuintes e utentes. De acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL.

As rubricas, provisões para riscos e encargos e para investimentos financeiros, foram constituídas/reforçadas tendo em consideração a análise dos riscos inerentes. De acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL.

O item, provisões para depreciação de existências, foi constituído/reforçado tendo em consideração a obsolescência técnica, deterioração de alguns dos produtos em armazém, também de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL.

No item, empréstimos de curto está previsto o início da amortização dos empréstimos de MLP que até 2009 têm estado em período de carência.

8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente os da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade, do custo histórico.

Quanto aos critérios valorimétricos utilizados, a situação é a seguinte:

Relativamente ao Imobilizado (excepto os terrenos): o critério de valorimetria utilizado para a aquisição dos bens, os adquiridos até ao ano de 2004, foi o do preço de mercado. Isto é, estes bens apenas foram valorizados em 2005 pelos respectivos responsáveis de departamento.

Relativamente ao restante Imobilizado: o critério de valorimetria utilizado foi o do custo de aquisição para todos os bens dos quais existem documentos comprovativos da sua compra.

Por não contribuírem para o nosso rendimento operacional, os bens de domínio público, concretamente as vias públicas, a partir deste exercício inclusivé deixaram de ser reconhecidos como custos através das amortizações e como proveitos através do reconhecimento dos subsídios que as financiaram.

As respectivas amortizações (do activo amortizável), foram calculadas pelo método da quotas constantes, conforme o estipulado no Regime de Cadastro e Inventário de Bens Móveis do Estado (CIME e CIBE).

Relativamente à rubrica de terrenos e recursos naturais: estes foram avaliados pelos valores de referência para as expropriações, de acordo com o Código das Expropriações.

Em relação à rubrica de investimentos financeiros, esta reflecte os capitais iniciais de constituição e implementação das empresas municipais: Sociohabita, E.M., FrenteMarFunchal, E.M. e Funhal 500 Anos, E.M. bem como a participação na Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

As existências, foram valorizadas conforme um dos seguintes critérios:

- Todas as que foram possíveis documentar com base em facturas, foram valorizadas ao último preço de compra;

- Na impossibilidade do referido no item anterior, recorreu-se a informações dos fornecedores desses artigos e materiais (orçamentos e preços);

8.2.7**ACTIVO BRUTO**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências/Abates	Saldo final
Bens domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	88.982.548		3.978.355		43.234	93.004.137
Edifícios	2.286.215				-131.103	2.155.112
Outras construções e infra-estruturas	1.299.053.956		3.009.125		16.236.637	1.318.299.718
Bens do património histórico, artístico e cultural	2.096.103				77.009	2.173.112
Outros bens de domínio público	10.490				-1.132	9.358
Imobilizações em curso	14.211.739		11.644.280		-17.545.394	8.310.625
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
	1.406.641.051	0	18.631.761	0	-1.320.749	1.423.952.063
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos	411.489		231			411.720
Imobilizações em curso	1.491.299				-1.491.299	0
Adiantamentos por conta de imobil. Incorpóreas						
	1.902.788	0	231	0	-1.491.299	411.720
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	15.176.854					15.176.854
Edifícios e outras construções	270.627.604		2.176.561		3.345.262	276.149.427
Equipamento básico	12.352.754		3.706.951		-7.544.502	8.515.203
Equipamento de transporte	2.774.646		358.578		-1.951.398	1.181.826
Ferramentas e utensílios	406.662		424.814		-134.512	696.965
Equipamento administrativo	4.001.478		1.622.964		-1.182.833	4.441.609
Taras e vasilhame	1.220				-1.220	0
Outras imobilizações corpóreas	361.124		151.617		-42.557	470.183
Imobilizações em curso	3.763.944		2.789.894		-4.908.953	1.644.884
Adiantamentos por conta de imobil. Corpóreas						
	309.466.286	0	11.231.378	0	-12.420.712	308.276.951
Investimentos financeiros:						
Partes de capital	812.500				-106.060	706.440
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de invest. Financeiros						
	812.500	0	0	0	-106.060	706.440

Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
AMORTIZAÇÕES				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	149.070	79.730	6.160	234.960
Outras construções e infra-estruturas	698.909.034	1.578.867	13.285	698.501.187
Bens do património histórico, artístico e cultural	37.297	10.760		48.057
Outros bens de domínio público	936	468		1.404
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	697.096.337	1.669.825	19.445	698.785.607
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	82.298	82.298		164.596
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobil. Incorpóreas				
	82.298	82.298	0	164.596
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	6.406.885	1.188.705	18.765	7.614.355
Outras construções	2.136.999	522.768	477	2.660.245
Equipamento básico	860.080	791.011	-15.574	1.635.517
Equipamento de transporte	200.046	96.297	-87.530	208.813
Ferramentas e utensílios	191.007	90.026	-478	280.554
Equipamento administrativo	2.362.467	614.914	-497	2.976.884
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	43.012	67.414		110.426
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobil. Corpóreas				
	12.200.495	3.371.135	-84.836	15.486.794
Total de amortizações	709.379.129	5.123.258	-65.391	714.436.997

8.2.8 Informações relativas aos activos imobilizados

As amortizações estão de acordo com as taxas indicativas para o sector público, e publicitadas no Regime de Cadastro e Inventário de Bens Móveis do Estado (CIME). As regularizações traduzem, os procedimentos de reclassificação de bens em rubricas mais adequadas de modo a proporcionarem uma imagem verdadeira e apropriada.

8.2.9 Juros capitalizados, relativos a empréstimos obtidos para financiar obras, durante a construção.

Caracterização do Empréstimo		Instituições de crédito	Finalidade	Capital		Juros Capitalizados
N.º 040.36.100013-2	Descrição			Contratado	Utilizado	
Médio e Longo prazo	(IIIQCA)	Caixa Económica do Montepio Geral	Financiamento dos Projectos Municipais	18.310.870,80	13.538.544,59	2.229,17
				18.310.870,80	13.538.544,59	2.229,17

Foram capitalizados juros num montante de 2.229,17€ no termos do quadro acima, de acord com o precitado no ponto 4.1.12 do POCAL

8.2.15 Bens de domínio público que não são objecto de amortização

Os bens classificados como bens de domínio público e parte dos bens classificados na rubrica de outras construções e infraestruturas, que não estão sujeitos a amortização, referem-se essencialmente a terrenos, quer os afectos infraestruturas públicas (estradas), quer terrenos subjacentes a espaços verdes, as estradas e jardins públicos diversos.

8.2.16 Entidades participadas.

Entidade participada	Sede	% Participação	Capital Próprio	Resultado do último exercício
SOCIOHABITAFUNCHAL, E.M.	Funchal	100%	250.000,00	-
FRENTEMARFUNCHAL, E.M	Funchal	100%	200.000,00	-
SOCIEDADE METROPOLITANA DESENVOLVIMENTO, S.A	Funchal	5,1%	206.440,00	-
FUNCHAL 500 ANOS, LDA	Funchal	100%	50.000,00	-

8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa

Clientes de Cobrança Duvidosa		
Clientes	De 6 a 12 meses	Superior a 12 Meses
Cientes, contribuintes e utentes	171.882,00	12.429.886,00
	171.882,00	12.429.886,00

8.2.26 Contas de Ordem

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Movimento ano		Saldo para a gerência seguinte	
	débito	crédito	débito	crédito	débito	crédito
Fornecedores		18.572,61	7.112.342,68	7.798.725,89		704.955,82
Fornecedores de Imobilizado		11495207,26	7.482.780,57	5.684.482,60		9.696.909,29
Credores Diversos		701.301,13	2.414.916,22	2.388.106,22		674.491,13
		12.215.081,00	17.010.039,47	15.871.314,71		11.076.356,24

8.2.27 Provisões acumuladas.

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria				0,00
291 Provisões para cobranças duvidosas	11.692.519,00	909.249,01		12.601.768,01
292 Provisões para riscos e encargos	421.589,00	64.347,00		485.936,00
39 Provisões para depreciação de existências	305.457,98	758.682,00		1.064.139,98
49 Provisões para investimentos financeiros				0,00
	12.419.565,98	1.732.278,01	0,00	14.151.843,99

8.2.28 Movimentos ocorridos na classe 5 «Fundo patrimonial».

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Património	809.291.863,19			809.291.863,19
55-Ajustamentos de partes de Capital em empresas:				
56-Reservas de reavaliação:	0,00			0,00
57-Reservas:				
571-Reservas legais	476.950,00	110.828,46		587.778,46
572-Reservas estatutárias				
573-Reservas contratuais				
574-Reservas livres				
575-Subsidios	3.981.370,55	1.458.761,92		5.440.132,47
576-Doações	28.552,54			28.552,54
577-Reservas decorrentes de transferências de activos				
59-Resultados transitados	-1.098.329,86	-7.085.583,77		-8.183.913,63
	812.680.406,42	-5.515.993,39	0,00	807.164.413,03

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

MOVIMENTOS	Mercadorias	Matéria-Prima, Subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	421.876,26	2.089.939,22
Compras	6.847.514,54	2.026.405,71
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	431.414,30	2.678.522,35
Custo no exercício	6.837.976,50	1.437.822,58

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
681-Juros suportados	1.582.366,99	2.350.399,66	781-Juros obtidos	53.807,27	82.500,39
682-Perdas em entidades participadas	56.060,00		782-Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683-Amortizações de investimentos em imóveis			783-Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684-Provisões para aplicações financeiras			784-Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685-Diferenças de câmbios desfavoráveis	19,42	8,74	785-Diferenças de câmbio favoráveis	0,68	0,00
			786-Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
687-Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787-Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688-Outros custos e perdas financeiros	290.254,44	3,01	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	573.240,12	958.824,98
Resultados financeiros	-1.301.652,78	-1.309.086,04	Resultado financeiros	0,00	0,00
	627.048,07	1.041.325,37		627.048,07	1.041.325,37

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
691 Transferências de capital concedidas	943,97	3.165.318,61	791 Restituição de impostos		0,00
692 Dívidas incobráveis	162.858,29		792 Recuperação de dívidas		0,00
693 Perdas em existências			793 Ganhos em existências	49.343,17	494,32
694 Perdas em imobilizações	1.169.568,85	52.873,61	794 Ganhos em imobilizações	92.675,86	113.501,97
695 Multas e penalidades	5.337,01	112.905,62	795 Benefícios de penalidades contratuais	414.103,83	295.664,77
696 Aumentos de amortizações e de provisões			796 Reduções de amortizações e provisões	421.589,04	0,00
697 Correções relativas a exercícios anteriores	934.727,53	1.035.668,33	797 Correções relativas a exercícios anteriores	356.147,16	2.179.255,83
698 Outros custos e perdas extraordinários	105.500,64	73.696,22	798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.005.802,63	4.649.856,12
Resultados extraordinários	960.725,40	2.798.310,62	Resultados extraordinários	0,00	0,00
	3.339.661,69	7.238.773,01		3.339.661,69	7.238.773,01

8.2.33 Outras informações

O Município do Funchal contractualizou junto de uma instituição bancária duas operações financeira traduzida por um contrato de «SWAP CANCELÁVEL» com cobertura de Risco de Taxa de Juro, o que a faz aproximar-se de uma operação financeira especulativa. Estas operações, (IRS 17470-SWO 884) e (2826332B) teve início em 24 Novembro de 2008 e terminus a 24 Novembro de 2011, reunindo as seguintes características:

- IRS 17470-SWO 884

Empréstimos Fictício considerado como base do contrato um montante de 10 000 000€;

O Município obriga-se a pagar ao Banco uma taxa de juro fixa trimestral de 2,81%;

O Banco obriga-se a pagar ao Município uma taxa de juro variável trimestral, calculada à data do respectivo pagamento com base na Euribor a 3 meses.

- 2826332B

Empréstimos Fictício considerado como base do contrato um montante de 10 000 000€;

O Município obriga-se a pagar ao Banco uma taxa de juro fixa trimestral de 3,06%;

O Banco obriga-se a pagar ao Município uma taxa de juro variável trimestral, calculada à data do respectivo pagamento com base na Euribor a 3 meses.

8.2.34 Acontecimentos após a data de balanço

Prevêm-se prejuízos avultados para o Município no curto e médio prazo decorrentes dos danos sofridos pelas intempéries que assolaram a Madeira e concretamente a cidade do Funchal, causando estragos que se esperam elevados. À data actual e pelos dados disponíveis, estes ultrapassam já os 19M€, repartidos por bens públicos e privados da Autarquia, ao nível das infra-estruturas e existências, que consequentemente vão afectar as Demonstrações Financeiras, findas a 31 de Dezembro de 2010.

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2010

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2010
